

Relatório de Gestão



Sumário

Mensagem do presidente	06
Cenário econômico	08
Estrutura sistêmica	10
Nossa evolução	12
Governança corporativa	18
Demonstrações financeiras e contábeis	22
Parecer da Auditoria	42
Parecer do Conselho Fiscal	44
Agências	45

Mensagem do presidente

Uma cooperativa para todos



O maior ativo de uma cooperativa financeira é a confiança dos cooperados. O Sicoob Unisaúde Goiás constrói todos seus projetos com base neste princípio do cooperativismo, conciliado com a busca constante da promoção de justiça no crédito, oferecendo sempre taxas de juros e de administração com valores menores que aqueles encontrados no mercado. Com essas condições de existência, conquistamos e depositamos em 2019 a remuneração máxima permitida em legislação na conta capital do nosso associado, alcançando mais de R\$ 1,4 milhão. Com isso, o Sicoob Unisaúde Goiás protege o capital integralizado dos cooperados contra corrosão da inflação, retribuindo a confiança no trabalho desta Diretoria, do empenho dos colaboradores e as assertivas ações de suporte da Central Sicoob Uni.

Com crédito, produtos e soluções financeiras a baixo custo, estivemos presentes na vida dos cooperados, possibilitando a realização de seus objetivos, empreendimentos, sonhos realizáveis, como abrir ou melhorar seu próprio negócio, estudar e investir no conhecimento, adquirir ou trocar bens duráveis, viajar e experimentar um momento em família. O ano passado foi um divisor de águas para a nossa cooperativa que não ficou dependendo somente de spread financeiro para gerar resultados.

Para o Sicoob Unisaúde Goiás, 2019 foi um ano com muitos desafios superados e muitas conquistas adquiridas graças ao trabalho árduo de todos os conselheiros de Administração e Fiscal, Diretoria Executiva, colaboradores e, principalmente, pela confiança dos mais de 5 mil cooperados em Rio Verde, Jataí, Mineiros, Quirinópolis, Goiatuba e Santa Helena de Goiás. Esta família Unisaúde Goiás busca desenvolver

cada vez mais a nossa instituição a ser uma "Cooperativa para todos".

As Regiões Sudoeste, Sul e Oeste de Goiás possuem no agronegócio sua âncora do crescimento, aliada ao forte espírito empreendedor dos goianos. A força da região também ampliou o resultado e os negócios da nossa cooperativa com a intercooperação. Destaca-se que o core business do nosso setor continua sendo o crédito, porém, a queda da taxa Selic ao piso histórico impactou o spread financeiro das cooperativas e os ganhos de capital do investidor. É um processo de adaptação à nova realidade monetária da inflação e dos juros do país – com maior abertura para investimentos produtivos – que muito honra participar deste processo de desenvolvimento econômico, geração de empregos e melhoria na qualidade de vida das pessoas e das comunidades, com maior distribuição de riquezas e renda no setor privado. O Sicoob Unisaúde Goiás passou a atuar também em Santa Helena de Goiás em 2019, além das cinco promissoras cidades que já atuava. Uma cidade tradicional, com uma história de épocas áureas do algodão, seguida de uma grande readaptação econômica marcada pela força do agronegócio, usinas de álcool e açúcar. Santa Helena será o centro de convergência de uma das mais importantes malhas ferroviárias do País. Com isso, investimos mais de R\$ 700 mil na construção de uma agência ampla, confortável e que se tornou referência de bom gosto e atendimento de qualidade. Quanto mais capilaridade tivermos na nossa área de atuação, mais cooperativismo será difundido.

Sidon Oliveira Cardoso,
Presidente do Sicoob UniSaúde Goiás

Cenário econômico

Ano das cooperativas financeiras

O ano de 2019 será lembrado na história do setor de crédito como um ano em que as cooperativas financeiras reforçaram e consolidaram seu posicionamento e seus diferenciais para o mercado nacional. Neste ano, as vantagens comparativas foram expostas e o 'usuário' do sistema financeiro, cooperado ou cliente, se viu no espelho e diante de realidades bem distintas. Se por um lado, o setor cooperativo dá mais opções, com mais agências, mais serviços e menos custos, fica claro a estratégia do outro lado, que é reduzir custos, menos agências, mais tarifas, menos atendimento.

O Sicoob é personalista. Para as cooperativas financeiras, o valor está no cooperado, na satisfação, na opção de ter o melhor digital e também o atendimento personalizado na cooperativa. Por isso temos um engajamento espontâneo. O nosso cooperado é nosso maior promotor.

O Sicoob é regionalista. Cada real captado é aplicado na região de abrangência daquela cooperativa - seja por crédito ou por distribuição das sobras ('lucro').

O Sicoob é barato. Enquanto os concorrentes precisam de regras para baixar suas taxas, só para citar um exemplo, o cheque especial, a cooperativa já trabalhava, em média, abaixo deste novo piso estipulado. Só um exemplo em dezenas.

O Sicoob é justo. Essa é a maior bandeira da cooperativa, o que tantos tentam e nenhum faz (a não ser propaganda), ser próximo e justo com seu cooperado. O que podemos dizer é que, em 2019, esses princípios ficaram mais claros. Isso vale mais que qualquer balanço positivo ou peça publicitária.

Somos fortes na base, espontaneamente e com uma relação limpa e direta. É uma conquista histórica e mérito de tantos líderes do nosso setor.

Outro ponto importante é quanto à transparência e gestão. O Sicoob não tem números fechados. Todos são abertos. Também é, esta confiança conquistada, mais um dos aspectos que fizeram as cooperativas Sicoob manterem forte ritmo de expansão em 2019. Mais serviços, mais ativos, mais portfólio, mais

associados, mais resultados.

O cooperado sabe que, antes de tudo, vai encontrar justiça financeira e transparência no Sicoob.

Talvez sejam as cooperativas financeiras um dos poucos setores que fecharam 2019 comemorando números positivos, mas a Central Sicoob Uni e suas singulares foram além, consolidaram uma reestruturação e implantaram um planejamento estratégico que possibilitará um avanço de dois dígitos por vários anos.

Neste processo evolutivo, cabe ressaltar as competências das diretorias executivas das nossas singulares, dos nossos colaboradores e do cooperado que, em sinergia e convergência de objetivos, transformaram um plano de trabalho em um projeto real.

Agradecemos a todos, pois um trabalho coletivo é capaz de ajudar a modificar, para melhor, o sistema financeiro brasileiro.

Solidariedade

ESTRUTURA SISTÊMICA

CONFEDERAÇÃO / BANCOOB

PONTA ADMINISTRADORA
SICOOB SEGURADORA
BANCOOB DTVM
CABAL BRASIL
SICOOB PREVI

COOPERATIVA CENTRAL

COOPERATIVA SINGULAR

COOPERADOS



Propósito

Conectar pessoas para promover justiça financeira e prosperidade.

Missão

Promover soluções e experiências inovadoras e sustentáveis por meio de cooperação.

Visão

Ser referência em cooperativismo, promovendo o desenvolvimento econômico e social das pessoas e comunidade.

Valores

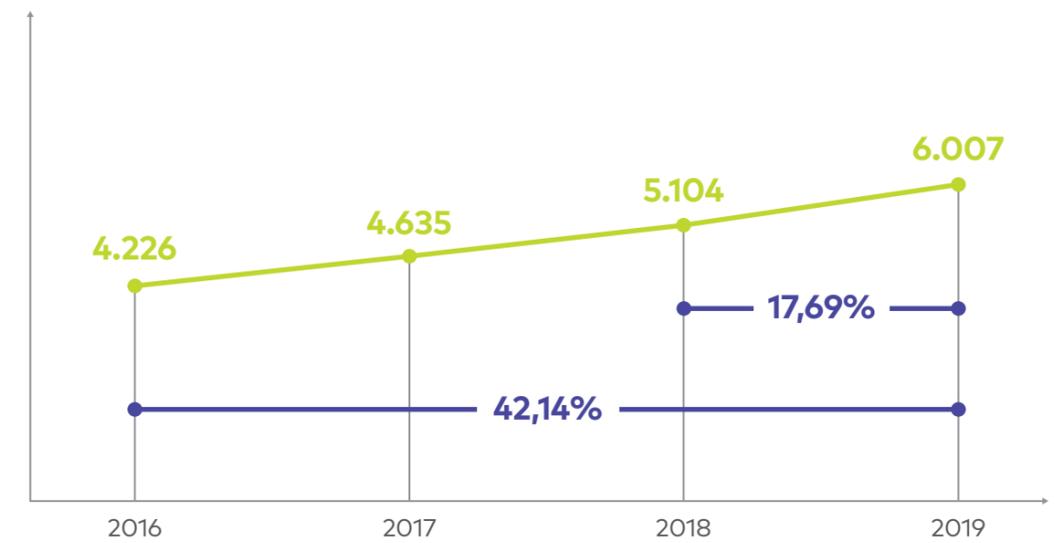
Respeito e Valorização das Pessoas;
Cooperativismo e Sustentabilidade;
Ética e Integridade;
Excelência e Eficiência;
Liderança Responsável;
Inovação e Simplicidade.

Nossa evolução

Desenvolvimento em todos os números

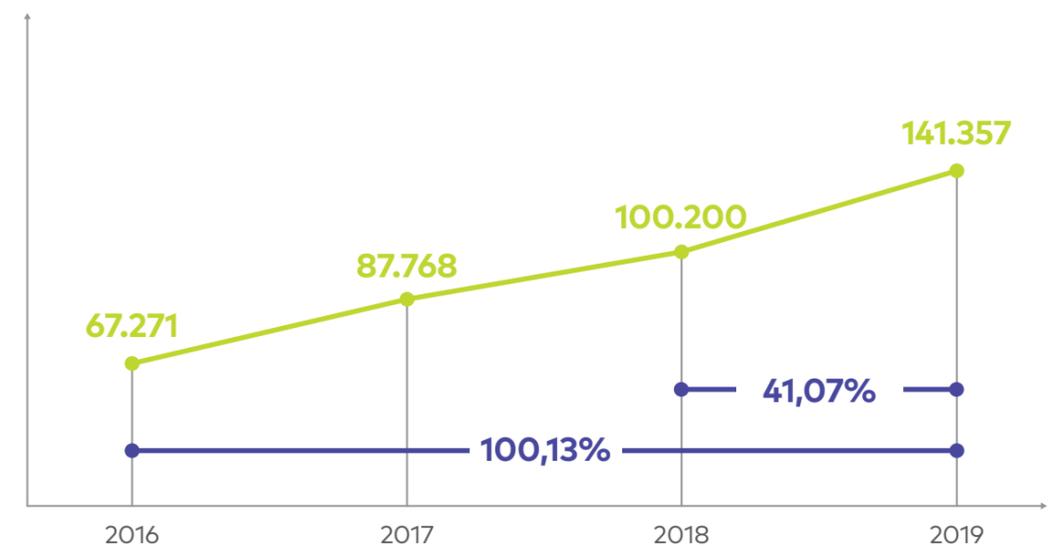


COOPERADOS



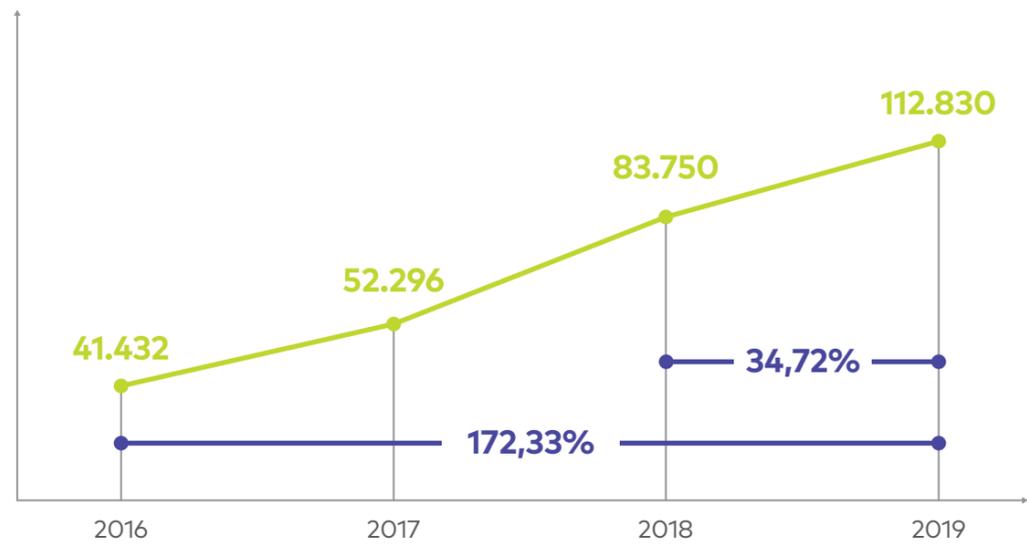
DEPÓSITOS TOTAIS

EM R\$ MIL



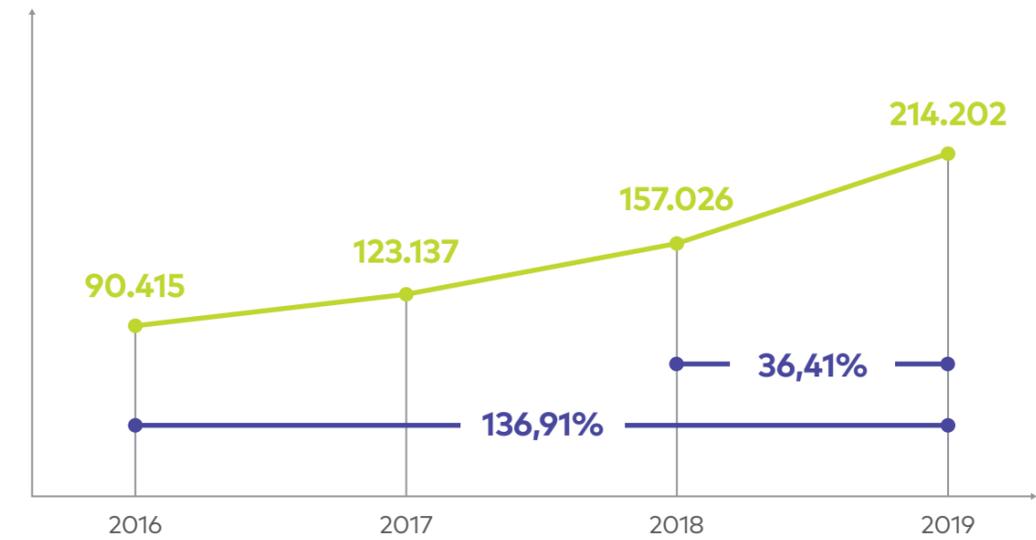
CARTEIRA DE CRÉDITO

EM R\$ MIL



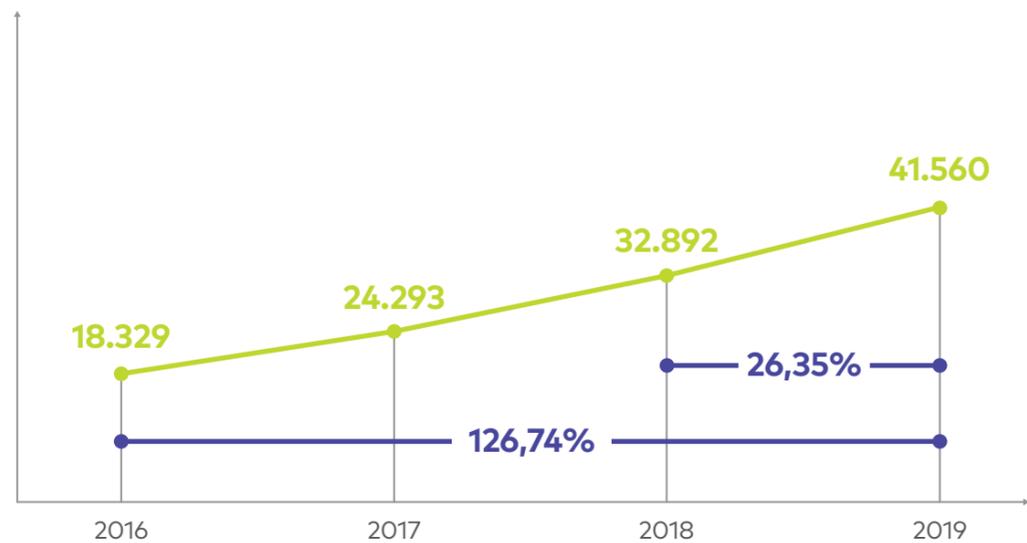
ATIVO TOTAL

EM R\$ MIL



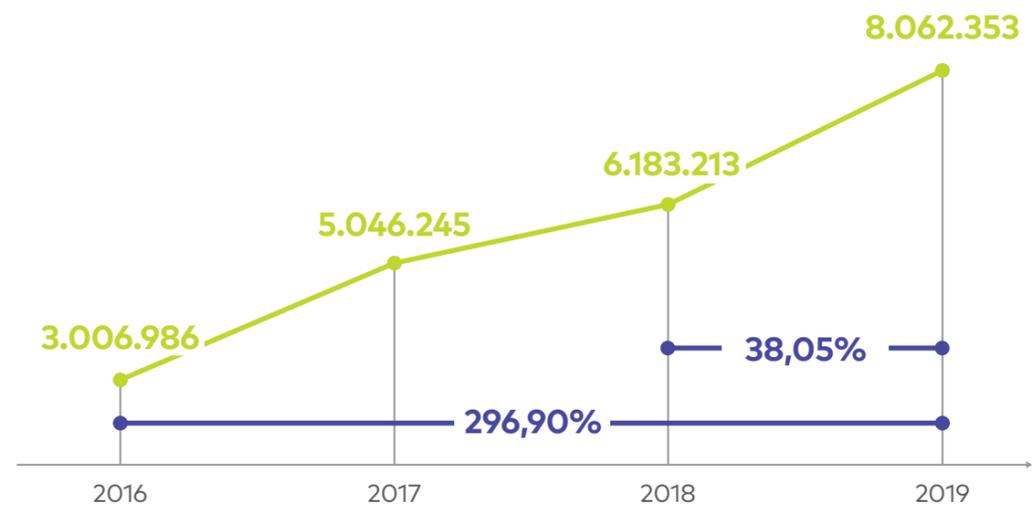
PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EM R\$ MIL

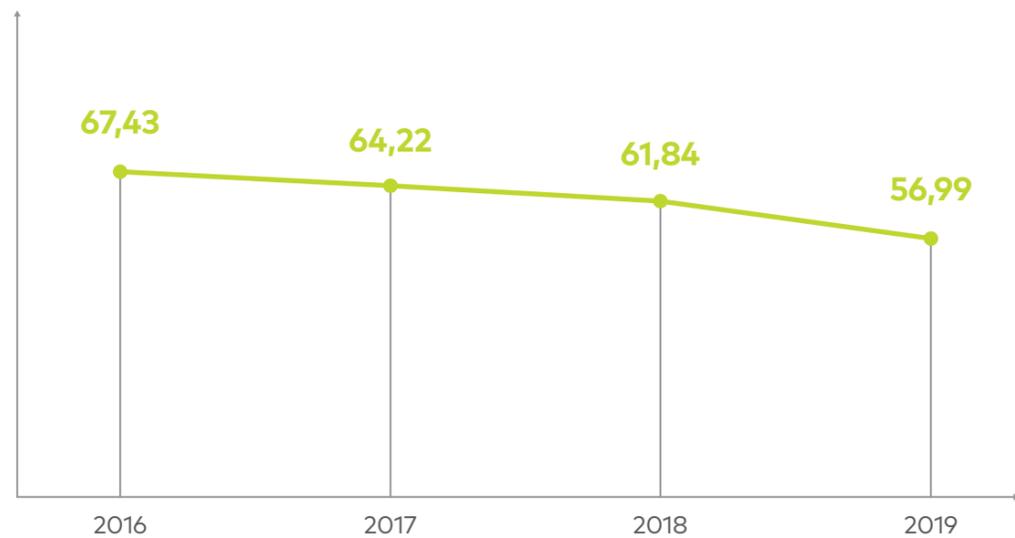


SOBRAS BRUTAS DO EXERCÍCIO

EM R\$



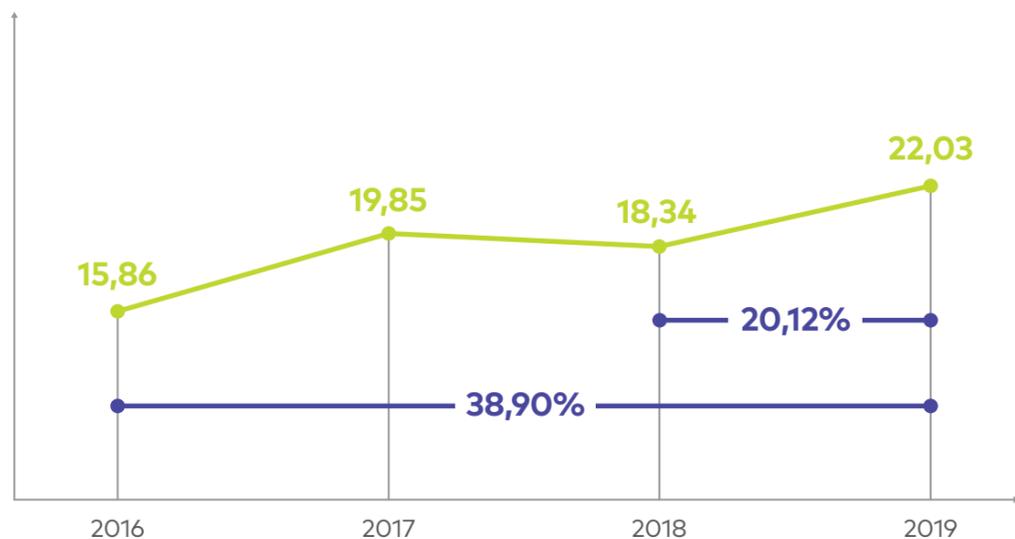
ÍNDICE DE EFICIÊNCIA PADRÃO



RENTABILIDADE DO ATIVO - ROA



RENTABILIDADE DO PL (-JPC): ROE



GANHO SOCIAL - RENDA AGREGADA 2019

PRODUTOS	SICOOB UNISAÚDE GOIÁS		VALOR ECONOMIZADO	
	SFN Taxa Média Mensal	SICOOB UNISAÚDE GOIÁS Taxa Média Mensal	POR PRODUTO	ACUMULADO
CHEQUE ESPECIAL PF	12,57%	9,02%	R\$ 3.549.223	R\$ 3.549.223
EMPRÉSTIMOS	3,00%	2,02%	R\$ 10.431.515	R\$ 13.980.738
FINANCIAMENTOS VEÍCULOS - PF	1,57%	1,29%	R\$ 14.325	R\$ 13.995.063
TARIFAS PF¹	R\$ 52,96	R\$ 8,33	R\$ 2.440.466	R\$ 16.435.529
CARTÃO CRÉDITO (ROTATIVO)	12,34%	7,77%	R\$ 504.831	R\$ 16.940.360
CARTÃO CRÉDITO (PARCELADO)	8,77%	7,14%	R\$ 44.276	R\$ 16.984.636
CONSÓRCIO² IMÓVEIS	18,42%	8,71%	R\$ 22.455	R\$ 17.007.092
CONSÓRCIO² CAMINHÕES	12,93%	6,84%	R\$ 4.925	R\$ 17.012.017
CONSÓRCIO² VEÍCULOS	13,17%	6,62%	R\$ 8.181	R\$ 17.020.198
CONSÓRCIO² MOTOS	14,82%	6,88%	R\$ 197	R\$ 17.020.394
CONSÓRCIO² OUTROS BENS	14,91%	9,75%	R\$ 102	R\$ 17.020.496
CONSÓRCIO² SERVIÇOS	15,01%	8,65%	R\$ 790	R\$ 17.021.286
CHEQUE ESPECIAL - PJ	13,15%	8,99%	R\$ 3.135.450	R\$ 20.156.736
TÍTULOS DESCONTADOS	2,39%	1,92%	R\$ 353.259	R\$ 20.509.995
DEPÓSITOS A PRAZO	0,44%	0,47%	R\$ 373.398	R\$ 20.883.394
FINANCIAMENTOS VEÍCULOS - PJ	1,06%	1,24%	-R\$ 5.927	R\$ 20.877.467
FINANCIAMENTOS BENS E SERV. - PJ	1,14%	1,61%	-R\$ 2.730	R\$ 20.874.737
TARIFAS PJ²	R\$ 93,75	R\$ 9,25	R\$ 1.470.327	R\$ 22.345.064
ADQUIRÊNCIA DÉBITO (MDR)	2,11%	1,78%	R\$ 186.831	R\$ 22.531.895
ADQUIRÊNCIA CRÉDITO (MDR)	3,66%	2,73%	R\$ 269.554	R\$ 22.801.450
ADQUIRÊNCIA PARCELADO (MDR)	5,29%	3,47%	R\$ 527.453	R\$ 23.328.903
ADQUIRÊNCIA (ANTECIPAÇÃO)	R\$ 0,04	R\$ 0,02	R\$ 2.352.178	R\$ 25.681.081
DISTRIBUIÇÃO DE SOBRAS			R\$ 6.620.515	R\$ 32.301.596
COOPERADOS SICOOB UNISAÚDE GOIÁS				6.007
RENTA MÉDIA AGREGADA AO ANO				R\$ 5.377

Fonte: Bancoob, Sicoob Confederação, Banco Central do Brasil e CardMonitor.

Nota: Taxas do SFN (média do período).

Elaboração: Sicoob Uni - Desenvolvimento Estratégico e Bancoob - Suest.

¹Tarifas SFN PF: valor médio "Pacotes Padronizados de Serviços III" (Tabela II anexa à Resolução CMN nº 4.186, de 2013).

²Os valores de consórcios são calculados pela soma das cotas ativas no período de referência.

Taxas de adm. médias considerando o prazo total por segmento. Para efeito de cálculo considera-se a taxa de adm. mensal equivalente.

³Tarifas SFN PJ: média dos valores cobrados nos eventos (abertura de conta, cartão múltiplo, talonário cheque 10 folhas, extrato, DOC, TED, saque e pacote de serviços).

Governança corporativa

Conceitos Gerais:

A Cooperativa integra o SICOOB – SISTEMA DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO DO BRASIL, composto pelas cooperativas singulares associadas às cooperativas centrais e por estas, filiadas à Confederação, bem como por aquelas instituições vinculadas ao sistema. Ou seja, o SICOOB, formado em três níveis, singulares, centrais e confederação, é coordenado pela CONFEDERAÇÃO NACIONAL DAS COOPERATIVAS DO SICOOB LTDA. – SICOOB CONFEDERAÇÃO.

A Cooperativa possui e também participa de políticas e de mecanismos sistêmicos para incorporar a sustentabilidade em suas estratégias de negócios e gerenciar os principais riscos econômicos, sociais e ambientais que têm impacto sobre suas atividades.

Esse conjunto de mecanismos e con-

troles, internos e externos, permite aos associados definirem e assegurarem a execução dos objetivos da Cooperativa, contribuindo para a sua continuidade, perenidade e para o fortalecimento dos princípios cooperativistas.

Nesse contexto, a Cooperativa:

- desde sua constituição, evoluiu do modelo de Governança Corporativa 'monístico' [direção estratégica e gestão executiva pertencendo ao mesmo órgão de administração] para o modelo 'dual' [segregação entre a direção estratégica e a gestão executiva];
- aplicou o estatuto modelo sistêmico do Sicoob;
- desde 2016, participa e/ou patrocina a construção e a elaboração da política de sucessão e construção desse processo, composto pelos planos de Sucessão, de Recrutamento, de Seleção e de Capacitação, via das

discussões pertinentes e sistêmicas – interna, local, regional e nacional;

- submissa ao princípio da 'obediência consentida', integra o SICOOB – SISTEMA DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO DO BRASIL, regendo-se também por suas normas e pelas diretrizes sistêmicas (políticas, regimentos, regulamentos, manuais e instruções), adotou e aderiu:

- ao SGR – Sistema de Garantias Recíprocas, observados os dispositivos estatutários e normativos atinentes;
- como forma operacional, à centralização financeira e de serviços disponibilizados pelo Sistema, regional ou nacional;
- ao compartilhamento e utilização de componente organizacional de ouvidoria único mantido pelo Bancoob, tendo como premissa garantir a qualidade do atendimento e a satisfação dos associados, clientes, fornecedores e usuários, ratificando o compromisso com a transparência nessas relações;
- ao monitoramento, à supervisão, à orientação administrativa e operacional sistêmicos, composto de:
 - Controle Interno que, alinhado à estratégia corporativa e sistêmica, atua no gerenciamento de riscos e controles;
 - Auditorias – Interna e Externa (de Balanço e Demonstrações Financeiras e Contábeis), que estão em conformidade com as regulamentações vigentes e em linha com as melhores práticas.
- na Segurança Institucional,

apoia e contribui ativamente com ações no âmbito do Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro. No período, nossos empregados, diretores e conselheiros participaram dos treinamentos promovidos sobre o tema.

Com esse modelo de atuação, a Cooperativa e o Sistema asseguram a disseminação de seus valores e das boas práticas de governança corporativa e cooperativista, ao tempo em que garantem o alinhamento estratégico e a geração de valor para o seu quadro social.

Estrutura de Governança:

A estrutura de governança corporativa da Cooperativa é composta pelos seguintes órgãos sociais e estatutários: Assembleia Geral (AG), Conselho de Administração (Conad), Diretoria Executiva (Direx) e Conselho Fiscal (Cofis).

1 AG – Assembleia Geral:

A AG é o órgão supremo da sociedade, dentro dos limites legais e estatutários, tendo poderes para decidir os negócios relativos ao objeto da cooperativa e tomar as resoluções convenientes ao desenvolvimento e defesa desta, e suas deliberações vinculam a todos, ainda que ausentes ou discordantes. Nessa afinação, dentre todas, algumas das funções principais da AG, são:

- conhecer da prestação de contas dos órgãos de administração relativamente ao exercício social anterior acompanhada de pareceres da Auditoria e do Conselho Fiscal, examinando, discutindo e deliberando:
 - relatório da gestão;
 - demonstrativos financeiros e contábeis de balanço;
 - demonstrativo dos resultados –

- das sobras ou perdas apuradas.
- destinação dos resultados;
- eleger os membros do Conad e do Cofis, bem como fixar a respectiva remuneração;
- reformar o estatuto.

A AG elege os membros do Cofis e do Conad e este, os membros da Direx. A sucessão e renovação obedecem aos ditames e aos critérios estabelecidos – legais, estatutários e regimentais –, além das políticas e regulamentos afins. A remuneração dos diretores e dos conselheiros é deliberada pela AG.

2 Conad – Conselho de Administração:

O Conad, composto de 9 membros efetivos com mandato de 4 anos, órgão colegiado, tem atribuições estratégicas, orientadoras, eletivas e supervisoras. Ou seja, o conselho define o caminho e monitora o percurso. Dentre os membros, um é o Presidente e outro o Vice-Presidente.

3 Direx – Diretoria Executiva:

A Direx, composta de 2 membros – Diretor Executivo, Diretor Administrativo e Diretor Financeiro, comporta as funções operacionais ou executivas.

4 Cofis – Conselho Fiscal:

Ao Cofis, composto de 3 membros efetivos e 3 suplentes, com mandato de 3 anos, compete a fiscalização da sociedade.

5 Gestão da Ética:

A Cooperativa também adota o Código de Ética do Sistema Sicoob, que se

aplica a todo seu público interno, desde as pessoas da alta administração até aquelas estagiárias e jovens aprendizes e estabelece compromissos de conduta a serem seguidos em seu âmbito, bem como no relacionamento dessas pessoas com órgãos de governo, concorrentes, fornecedores, prestadores de serviço e demais parceiros externos.

6 Ouvidoria:

A Cooperativa aderiu ao convênio para compartilhamento e utilização de componente organizacional de ouvidoria único definido pelo Sicoob, cujas atribuições principais, são:

- prestar atendimento às demandas dos associados, clientes e usuários de produtos e serviços que não tiverem sido solucionadas nos canais de atendimento primário da Cooperativa;
- atuar como canal de comunicação entre a Cooperativa e os associados, clientes e usuários de produtos e serviços, inclusive na mediação de conflitos;
- manter, semestralmente, relatório quantitativo e qualitativo acerca das atividades desenvolvidas pela Ouvidoria no cumprimento de suas atribuições.

7 Controle Interno:

Controle Interno consiste num conjunto de políticas e procedimentos que são desenvolvidos e operacionalizados para garantir razoável certeza acerca da confiança que pode ser depositada nas demonstrações financeiras e nos seus processos correlatos, bem como na correta

apresentação daquelas demonstrações financeiras, garantindo que foram preparadas de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceitos e que incluem políticas e procedimentos de manutenção dos registros contábeis, aprovações em níveis adequados e salvaguarda de ativos.

A área de Controle Interno e Riscos responde às diretrizes, aos procedimentos, às pessoas, aos sistemas informatizados e qualquer outra ferramenta que deverá ser adotada pelos demais departamentos da instituição, para garantir razoável segurança no alcance dos objetivos estratégicos, observadas as premissas de eficiência e efetividade operacional e confiança nos registros.

Principais objetivos dos controles internos e riscos

Com base na conceituação teórica, pode-se dizer que os principais escopos de um sistema bem estruturado de contro-

les internos e riscos são:

- promover fidedignidade e imparcialidade na produção de relatórios contábeis;
- fornecer informações oportunas e facilmente acessíveis, possibilitando uma condução eficiente e eficaz dos processos;
- garantir a aderência dos processos internos e das ações em geral aos objetivos do planejamento estratégico, evitando desvios de diretrizes;
- salvaguardar o patrimônio, dando suporte ao gerenciamento de riscos e minimizando eventuais perdas financeiras decorridas de má gestão;
- monitorar o apetite ao risco definido pelo Conselho de Administração da organização;
- manter a instituição em níveis mínimos de conformidade, promovendo um sistema de controles internos efetivo.

Demonstrações financeiras e contábeis

Balanço Patrimonial

Exercícios encerrados em 31/12/2019 e 31/12/2018 (em reais)

ATIVO				PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Discriminação	NOTA	31/12/2019	31/12/2018	Discriminação	NOTA	31/12/2019	31/12/2018
Circulante		146.261.224	104.825.323	Circulante		171.689.046	120.288.055
Disponibilidades	04	3.000.148	997.750	Depósitos	10a	141.357.109	100.200.868
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	04	-	1.139.922	Depósitos à Vista		35.307.452	23.493.443
Relações Interfinanceiras	04	83.801.853	58.959.371	Depósitos a Prazo		106.049.657	76.707.425
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar		-	2.695	Recur. de Aceites Cambiais / Letras	11	15.527.459	8.870.516
Centralização Financeira		83.801.853	58.956.676	Relações Interfinanceiras	12	8.349.213	5.393.299
Operações de Crédito	05	57.330.704	42.289.452	Recursos Bancoob		8.598.568	6.064.257
Operações de Crédito - Setor Privado		60.439.277	44.402.740	(-) Despesa a Apropriar Bancoob		(249.355)	(670.958)
(-)Provisão para Operações de Crédito Liq.		(3.108.573)	(2.113.288)	Relações de Interdependências	13	1.631.666	2.003.260
Outros Créditos	06	876.456	655.845	Recursos em Trânsito de Terceiros		1.631.666	2.003.260
Avais e Fianças		443.075	237.683	Outras Obrigações		4.823.599	3.820.112
Rendas a Receber		511.991	323.424	Cobrança e Arrec. de Trib. e Ass.	14a	45.940	22.387
Diversos		290.933	269.252	Sociais e Estatutárias	14b	1.833.201	1.341.911
(-) Provisão para Outros Créditos		(369.543)	(174.514)	Fiscais e Previdenciárias	14c	401.088	305.167
Outros Valores e Bens	07	1.252.063	782.983	Diversos	14d	2.543.370	2.150.647
Outros Valores e Bens		1.106.682	506.152	Não Circulante			
Despesas Antecipadas		145.381	276.831	Exigível a Longo Prazo		953.260	4.086.161
Não Circulante		67.941.571	52.201.629	Relações Interfinanceiras	12	931.301	4.040.426
Realizável a Longo Prazo		55.500.239	41.534.551	Recursos ao Bancoob		1.020.381	4.040.426
Operações de Crédito	05	57.199.855	42.573.683	(-) Despesa a Apropriar Bancoob		(89.080)	-
(-)Provisão para Operações de Crédito Liq.		(1.699.616)	(1.112.411)	Outras Obrigações	14d	21.959	45.735
Outros Créditos	06	-	73.279	Diversas		21.959	45.735
Investimentos	08	6.788.301	6.218.163	Patrimônio Líquido		41.560.489	32.652.736
Ações e Cotas		6.788.301	6.218.163	Capital Social	16a	26.606.746	22.698.931
Imobilizado de uso	09	5.634.322	4.381.181	Reserva de Sobras	16b	12.305.536	8.036.755
Outras Imobilizações de Uso		6.617.422	5.574.088	Sobras do Exercício	16c	2.648.207	1.917.050
Imóveis de Uso		887.821	157.821				
(-) Depreciações Acumuladas		(1.870.921)	(1.350.728)				
Intangível		18.709	67.734				
Softwares		378.766	378.766				
(-) Amortizações Acumuladas		(360.057)	(311.032)				
TOTAL DO ATIVO		214.202.795	157.026.952	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO		214.202.795	157.026.952

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Paulo Roberto da Silva
Diretor Administrativo

Jefferson Limonge de Souza
Diretor Financeiro

Emerson Gomes Figueiredo
Contador CRC DF 14.458/O-3 "S" GO

Demonstração das sobras

Exercícios encerrados em 31/12/2019 e 31/12/2018 (em reais)

Discriminação	NOTA	2º Semestre 2019	31/12/2019	31/12/2018
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		13.604.490	25.983.211	21.410.280
Operações de Crédito	17	13.593.638	25.948.253	21.345.843
Títulos e valores mobiliários		2.137	18.694	64.437
Rendas de Aplicações Compulsórias		8.715	16.264	-
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(5.748.102)	(11.947.465)	(8.865.114)
Operações de Captação no Mercado	10b	(3.242.469)	(6.288.199)	(4.979.263)
Operações de Empréstimos e Repasses		(360.012)	(744.849)	(756.076)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		(2.145.621)	(4.914.417)	(3.129.775)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		7.856.388	14.035.746	12.545.166
OUTRAS RECEITAS / DESPESAS OPERACIONAIS		(2.580.073)	(6.007.658)	(6.309.827)
Receitas de Prestação de Serviços		1.984.928	3.144.214	1.459.493
Receitas de Tarifas Bancárias		1.285.769	2.550.791	2.174.859
Despesas de Pessoal	18	(4.713.987)	(9.420.912)	(7.142.026)
Outras Despesas Administrativas	19	(4.188.724)	(7.919.426)	(7.110.224)
Despesas Tributárias		(212.636)	(352.926)	(167.330)
Outras Receitas Operacionais	20	1.504.594	2.533.660	1.396.131
Ingressos de Depósitos Intercooperativos		2.427.095	4.762.739	3.957.097
Outras Despesas Operacionais	21	(667.112)	(1.305.798)	(877.827)
RESULTADO OPERACIONAL		5.276.315	8.028.088	6.235.339
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		5.142	34.264	(52.126)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO S/ SOBRES E PARTICIP.		5.281.457	8.062.352	6.183.213
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		110.173	-	(106.642)
Provisão para Imposto de Renda		64.358	-	(56.192)
Provisão para Contribuição Social		45.815	-	(50.450)
RESULTADO ANTES DOS JUROS AO CAPITAL		5.391.630	8.062.352	6.076.571
Juros Sobre o Capital Próprio		(1.441.838)	(1.441.838)	(1.283.947)
SOBRAS DO EXERCÍCIO		3.949.792	6.620.514	4.792.624

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Paulo Roberto da Silva
Diretor Administrativo

Jefferson Limonge de Souza
Diretor Financeiro

Emerson Gomes Figueiredo
Contador CRC DF 14.458/O-3 "S" GO

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios encerrados em 31/12/2019 e 31/12/2018 (em reais)

Discriminação	Capital Social	Reserva de Sobras	Sobras/ Perdas() Acumuladas	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	18.653.018	4.275.132	1.365.312	24.293.462
Integralizações/Subscrições de Capital	3.912.538	-	-	3.912.538
Incorporação de Sobras	-	-	-	-
Destinação das Sobras para reserva legal	-	1.365.311	(1.365.311)	-
Devolução de Capital	(1.088.091)	-	-	(1.088.091)
Incorporação de Juros ao Capital	1.221.466	-	-	1.221.466
Sobras	-	-	4.792.623	4.792.623
Destinação das Sobras:	-	-	-	-
Reserva Legal	-	2.396.312	(2.396.312)	-
Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social	-	-	(239.631)	(239.631)
Fundo Institucional de Relacionamento	-	-	(239.631)	(239.631)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	22.698.931	8.036.755	1.917.050	32.652.736
Integralizações/Subscrições de Capital	3.125.344	-	-	3.125.344
Incorporação de Sobras	957.235	958.524	(1.917.049)	(1.290)
Destinação das Sobras para a Reserva Legal	-	-	-	-
Devolução de Capital	(1.543.466)	-	-	(1.543.466)
Incorporação de Juros ao Capital	1.402.375	-	-	1.402.375
IRRF Sobre JCP	(33.673)	-	-	(33.673)
Sobras	-	-	6.620.515	6.620.515
Destinação das Sobras:	-	-	-	-
Reserva Legal	-	3.310.257	(3.310.257)	-
Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social	-	-	(331.026)	(331.026)
Fundo Institucional de Relacionamento	-	-	(331.026)	(331.026)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	26.606.746	12.305.536	2.648.207	41.560.489

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Paulo Roberto da Silva
Diretor Administrativo

Jefferson Limonge de Souza
Diretor Financeiro

Emerson Gomes Figueiredo
Contador CRC DF 14.458/O-3 "S" GO

Demonstração dos fluxos de caixa pelo método indireto

Exercícios encerrados em 31/12/2019 e 31/12/2018 (em reais)

Discriminação	31/12/2019	31/12/2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais	25.807.114	(867.443)
Sobras Antes da Tributação e Participações	8.062.352	6.183.213
IRPJ / CSLL	-	(106.642)
Provisão para Operações de Crédito Liq. Duvidosa	4.914.417	3.129.775
Provisão de Juros ao Capital	(1.441.838)	(1.283.947)
Depreciação e Amortização	612.448	472.711
Sobras ajustadas	12.147.379	8.395.110
(Aumento) redução nos Ativos	(34.608.355)	(34.793.100)
Relações Interfinanceiras	2.695	-
Operações de Crédito	(33.994.637)	(34.584.198)
Outros Créditos	(147.333)	209.805
Outros Valores e Bens	(469.080)	(418.707)
Aumento (redução) nos Passivos	48.268.090	25.530.547
Depósitos a Vista	11.814.009	5.387.234
Depósitos a Prazo	29.342.232	7.045.265
Recur. de Aceites Cambiais / Letras Imobiliárias	6.656.943	8.870.516
Relações Interfinanceiras	(153.211)	3.407.782
Relações de Interdependências	(611.225)	669.037
Outras Obrigações	1.219.342	150.711
Fluxo de caixa das atividades de investimento	(2.386.701)	(3.029.550)
Aumento dos Investimentos	(570.138)	(1.028.273)
Aquisições do Imobilizado	(1.816.563)	(1.992.844)
Intangível	-	(8.433)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	2.287.238	3.566.651
Integralizações de Capital	3.125.344	3.912.538
Incorporação de Cotas de Capital	(1.290)	1.221.466
Devolução de Capital	(1.543.466)	(1.088.091)
Subscrição do Juros ao Capital Líquido de IRRF	1.368.702	-
FATES	(331.026)	(239.631)
Fundo Institucional de Relacionamento	(331.026)	(239.631)
Demonstração da variação do caixa e equivalentes de caixa (depósitos bancários e centralização financeira)	25.707.652	(330.342)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício / Semestre	61.094.348	61.424.690
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício / Semestre	86.802.000	61.094.348
(Diminuição) Aumento do caixa e equivalentes de caixa	25.707.652	(330.342)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Paulo Roberto da Silva
Diretor Administrativo

Jefferson Limonge de Souza
Diretor Financeiro

Emerson Gomes Figueiredo
Contador CRC DF 14.458/O-3 "S" GO

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Dos exercícios encerrados em 31.12.2019 e 31.12.2018 – (em R\$)

1. Contexto Operacional

A **COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DAS REGIÕES SUDOESTE, SUL E OESTE DE GOIÁS - SICOOB UNISAÚDE GOIÁS** é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em **10/07/1998**, filiada à **CENTRAL SICOOB UNI DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO – SICOOB UNI** e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O **SICOOB UNISAÚDE GOIÁS** possui **7** Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: **MINEIROS - GO, JATAÍ - GO, QUIRINÓPOLIS - GO, RIO VERDE – GO, GOIATUBA – GO e SANTA HELENA DE GOIÁS -GO.**

O **SICOOB UNISAÚDE GOIÁS** tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

d) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar, e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas “*pro rata temporis*”, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

e) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 introduziram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

f) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

g) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do **SICOOB UNI** e ações do BANCOOB, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

h) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

i) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

k) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*“pro rata temporis”*), assim como das despesas a apropriar referentes aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

l) Depósitos e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die*.

m) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

n) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

o) Passivos para demandas judiciais

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

p) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

q) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não cooperativos de acordo com o Decreto 9.580/2018, art. 194. O resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação conforme art. 193 do mesmo Decreto.

r) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

s) Valor recuperável de ativos – impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por *“impairment”*, quando aplicável, são registradas no

resultado do período em que foram identificadas.

t) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em **31 de dezembro de 2019**.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

As aplicações financeiras apresentadas no quadro abaixo possuem características de equivalente de caixa conforme CPC 03 (R2) e Resolução CMN nº 3.604/2008, somadas as disponibilidades representam o caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos conforme quadro abaixo:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Caixa	3.000.148	997.750
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (I)	-	1.139.922
Outros Sistemas de Liquidação	-	2.695
Centralização Financeira – Cooperativas (II)	83.801.853	58.956.676
TOTAL	86.802.001	61.097.043

(I) Refere-se à aplicação em CDI Pós-fixado no BANCOOB com taxa de 101% do CDI.

(II) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao **SICOOB UNI** conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/2015. Os rendimentos auferidos com a centralização financeira totalizaram R\$ 4.762.739 em 2019 e R\$ 3.957.097 em 2018.

5. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Descrição	31/12/2019			31/12/2018
	Circulante	Não Circulante	Total	
Empréstimos e Títulos Descontados	42.014.828	46.915.199	88.930.027	67.137.450
Financiamentos	3.484.795	6.813.400	10.298.195	5.664.992
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	14.939.654	3.471.256	18.410.910	14.173.981
Total de Operações de Crédito	60.439.277	57.199.855	117.639.132	86.976.423
(-) Provisões para Operações de Crédito	(3.108.573)	(1.699.616)	(4.808.189)	(3.225.699)
TOTAL	57.330.704	55.500.239	112.830.943	83.750.724

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Empréstimo / TD	Financiamentos	Financiamentos Rurais	Total em		Provisões	
						31/12/2019	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2018
A	0,50%	Normal	49.716.249	4.222.676	14.281.004	68.219.928	(341.100)	47.381.812	(236.909)
B	1%	Normal	14.011.468	2.944.784	2.910.318	19.866.570	(198.666)	25.058.913	(250.589)
B	1%	Vencidas	345.444	-	-	345.444	(3.454)	487.466	(4.875)
C	3%	Normal	15.103.952	2.193.367	770.392	18.067.710	(542.031)	7.195.223	(215.857)
C	3%	Vencidas	852.334	-	-	852.334	(25.570)	291.342	(8.740)
D	10%	Normal	3.995.390	435.468	-	4.430.858	(443.086)	1.857.132	(185.713)
D	10%	Vencidas	748.067	74.467	-	822.533	(82.253)	769.095	(76.909)
E	30%	Normal	677.408	256.689	-	934.097	(280.229)	480.303	(144.091)
E	30%	Vencidas	943.748	58.418	-	1.002.166	(300.650)	864.634	(259.390)
F	50%	Normal	528.843	24.317	-	553.160	(276.580)	472.772	(236.386)
F	50%	Vencidas	188.818	-	-	188.818	(94.409)	843.354	(421.677)
G	70%	Normal	211.681	-	-	211.681	(148.177)	88.058	(61.640)
G	70%	Vencidas	218.480	21.017	-	239.497	(167.648)	211.330	(147.931)
H	100%	Normal	386.783	-	158.777	545.560	(545.560)	217.144	(217.144)
H	100%	Vencidas	1.001.362	66.995	290.419	1.358.776	(1.358.776)	757.847	(757.847)
Total Normal			84.631.774	10.077.299	18.120.491	112.829.564	(2.775.428)	82.751.356	(1.548.329)
Total Vencidos			4.298.254	220.897	290.419	4.809.570	(2.032.761)	4.225.067	(1.677.369)
Total Geral			88.930.027	10.298.195	18.410.910	117.639.132	(4.808.189)	86.976.423	(3.225.699)
Provisões			(3.879.620)	(355.753)	(572.816)	(4.808.189)		(3.225.699)	
Total Líquido			85.050.407	9.942.443	17.838.094	112.830.943		83.750.724	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Tipo	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Empréstimos e Títulos Descontados	17.438.639	24.576.190	46.915.199	88.930.027
Financiamentos	898.615	2.586.182	6.813.400	10.298.195
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	3.670.798	11.268.855	3.471.256	18.410.910
TOTAL	22.008.052	38.431.227	57.199.855	117.639.132

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Empréstimos/TD	Financiamento	Financiamento Rurais	31/12/2019	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	1.907.451	-	-	1.907.451	2%
Setor Privado - Serviços	30.799.317	4.173.343	-	34.972.660	30%
Pessoa Física	56.174.124	6.124.852	18.410.910	80.709.886	69%
Outros	49.135	-	-	49.135	0%
TOTAL	88.930.027	10.298.195	18.410.910	117.639.132	100%

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Saldo Inicial	3.225.699	2.022.256
Constituições / Reversões	(1.467.064)	3.424.033
Transferência para prejuízo	(6.566.824)	(2.220.590)
TOTAL	4.808.189	3.225.699

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2019	% Carteira Total	31/12/2018	% Carteira Total
Maior Devedor	4.059.649	3%	2.543.433	3%
10 Maiores Devedores	22.790.742	19%	19.150.113	22%
50 Maiores Devedores	55.086.281	47%	40.931.581	47%

g) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Saldo Inicial	10.113.480	9.810.001
Valor das Operações Transferidas para Prejuízo	6.566.824	2.220.590
Valor Recuperado do Prejuízo no Período	(4.552.595)	(1.917.111)
TOTAL	12.127.710	10.113.480

6. Outros Créditos

Valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Modalidade	31/12/2019	31/12/2018
Circulante	876.456	655.845
Avais e Fianças Honrados	443.075	237.683
Rendas a Receber	511.991	323.424
Serviços prestados a receber	178.608	23.259
Outras rendas a receber	2.108	1.464
Rendimentos Centralização Financeira - Central (I)	331.275	298.701
Diversos	290.933	269.252
Adiantamentos e antecipações salariais	5.181	20.527
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	-	352
Adiantamentos por conta de imobilizações	-	17.500
Impostos e contribuições a compensar (II)	169.035	639
Pagamentos a ressarcir	11.373	11.544
Títulos e créditos a receber	75.681	136.796
Devedores diversos - país	29.663	81.894
(-) Provisões para outros créditos	(369.543)	(174.514)
Não Circulante	-	73.279
Devedores por depósitos em garantia	-	73.279
TOTAL	876.456	729.124

- (I) - Refere-se à remuneração mensal da centralização financeira a receber da CENTRAL UNI referente ao mês de dezembro de 2019, efetivamente recebido no mês subsequente.
- (II) Refere-se às Contribuições de IRPJ, CSLL e outros impostos a compensar, serão aproveitados a partir de junho de 2020, pois a legislação determina que será após a entrega da ECF.
- (III) - A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999, conforme demonstrado abaixo:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Avais e Fianças Honrados	Total em 31/12/2019	Provisões 31/12/2019
E 30% Vencidas	63.767	63.767	(-19130.16)
F 50% Vencidas	21.228	21.228	(-10614.04)
G 70% Vencidas	60.938	60.938	(-42657.17)
H 100% Vencidas	297.141	297.141	(-297141.25)
Total Vencidas	443.075	443.075	(369.542)
Total Geral	443.075	443.075	(369.542)
Provisões	(369.542)	(369.542)	
Total Líquido	73.532	73.532	

7. Outros Valores e Bens

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Bens Não de Uso Próprio (I)	1.106.682	506.152
Despesas Antecipadas (II)	145.381	276.831
TOTAL	1.252.063	782.983

(I) Está registrado o valor referente aos bens recebidos como dação em pagamento de dívidas, não estando sujeitos a depreciação ou correção.

(II) Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros, contribuição cooperativista, IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano).

8. Investimentos

O saldo é, substancialmente, representado por quotas do **SICOOB UNI** e ações do **BANCOOB**.

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Participações em Cooperativa Central Sicoob Uni	6.166.592	5.720.977
Participações Inst Financ Controlada coop Crédito - Bancoob	621.709	497.186
TOTAL	6.788.301	6.218.163

9. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	Taxa Depreciação	31/12/2019	31/12/2018
Imobilizado em Curso		579.862	688.657
Terrenos		730.000	-
Edificações	4%	157.821	157.821
(-) Depreciação Acum. Imóveis de Uso - Edificações		(21.831)	(15.519)
Instalações	10%	2.817.626	2.377.596
(-) Depreciação Acumulada de Instalações		(396.771)	(217.414)
Móveis e equipamentos de Uso	10%	995.173	805.781
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso		(329.964)	(239.890)
Sistema de Comunicação	20%	77.987	68.769
Sistema de Processamento de Dados	20%	1.606.881	1.187.440
Sistema de Segurança	10%	318.633	279.956
Sistema de Transporte	20%	221.259	165.890
(-) Depreciação Acum. Outras Imobilizações de Uso		(1.122.354)	(877.906)
TOTAL		5.634.322	4.381.181

As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passarão a ser depreciadas.

10. Depósitos

Composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos à vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

Composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós-fixadas são calculadas com base no critério de *pro rata temporis*, já as remunerações pré-fixadas são calculadas com base no prazo final das operações, sendo que as rendas futuras, na data dos demonstrativos contábeis, são apresentadas em conta redutora.

a) Concentração dos principais Depositantes:

Descrição	31/12/2019	Taxa média (% a.m.)	31/12/2018	Taxa média (% a.m.)
Depósito à Vista	35.307.452		23.493.443	
Depósito a Prazo	106.049.657	0,34%	76.707.425	0,45%
TOTAL	141.357.109		100.200.868	

Os depósitos, até o limite de R\$ 250 mil (duzentos e cinquenta mil), por CPF/CNPJ, estão garantidos pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), o qual é uma associação civil sem fins lucrativos,

com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, regida por Estatuto Social próprio e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, constituído conforme Resolução CMN nº4.284/2013. As instituições associadas são todas as cooperativas singulares de crédito e os bancos cooperativos.

Descrição	31/12/2019	% Carteira Total	31/12/2018	% Carteira Total
Maior Depositante	20.661.450	15%	18.353.707	18%
10 Maiores Depositantes	65.205.733	46%	42.297.983	42%
50 Maiores Depositantes	101.776.619	72%	68.191.176	67%

b) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Despesas de Depósitos a Prazo	(5.433.284)	(4.573.923)
Despesas de Letras de Crédito do Agronegócio	(644.025)	(247.507)
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(210.890)	(157.833)
TOTAL	(6.288.199)	(4.979.263)

11. Recursos de Aceites Cambiais/ Letras Imobiliárias

Referem-se a Letras de Crédito do Agronegócio – LCA que conferem direito de penhor sobre os direitos creditórios do agronegócio a elas vinculados (Lei nº 11.076/04). São remunerados por encargos financeiros calculados com base em percentual do CDI - Certificado de Depósitos Interbancários, abaixo o saldo apropriado em despesas:

Descrição	31/12/2019	Taxa média	31/12/2018	Taxa média
Despesa Letras de Crédito do Agronegócio	15.527.459	0,33	8.870.516	0,42

12. Relações Interfinanceiras

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

Instituições	31/12/2019	31/12/2018
Circulante	8.349.213	9.433.725
Recursos do Bancoob	8.598.568	6.064.257
(-) Despesa a apropriar Bancoob	(249.355)	(670.958)
Não Circulante	931.301	9.433.725
Recursos do Bancoob	1.020.381	4.040.426
(-) Despesa a apropriar Bancoob	(89.080)	-
TOTAL	9.280.514	9.433.725

13. Relações de Interdependências

Os valores abaixo referem-se a cobranças em trânsito e obrigações com cheques administrativos.

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Cobrança de Terceiros em Trânsito	-	571
Ordens de Pagamento	1.631.413	1.996.000
Recebimentos em Trânsito de Terceiros	253	6.689
TOTAL	1.631.666	2.003.260

14. Outras Obrigações

a) Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Operações de Crédito – IOF (I)	45.909	22.342
Operações com Títulos e Valores Mobiliários (II)	31	45
TOTAL	45.940	22.387

b) Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
FATES - Resultado de Atos com Associados (I)	331.026	28
FIRE - Fundo Institucional de Relacionamento (II)	331.316	239.631
FATES - Resultado de Atos com Não Associados	93	240.007
Cotas de Capital a Pagar (III)	1.170.766	862.245
TOTAL	1.833.201	1.341.911

(I) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 10% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

(II) O Fundo Institucional de Relacionamento – FIRE, criado conforme ata nº 32 de 12/04/2018 Assembleia Geral Ordinária, é constituído e formado por 5% das sobras líquidas do exercício e por eventuais doações e/ou patrocínios recebidos, e seus recursos serão destinados à prestação de assistência aos associados e colaboradores da Cooperativa.

(III) Refere-se às cotas de capital a devolver de associados desligados.

c) Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias estão assim compostas:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Impostos e Contribuições s/ Serviços de Terceiros	22.681	19.708
Impostos e Contribuições sobre Salários	294.682	217.223
Outros	83.725	68.236
TOTAL	401.088	305.167

d) Diversos

Descrição	31/12/2019		31/12/2018	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Cheques Administrativos	102	-	150	-
Obrigações por Aquisição de Bens – Fornecedores	66.972	-	86.430	-
Obrigações de Pagamento em nome de Terceiros (I)	382.775	-	300.800	-
Provisão para Pagamentos a Efetuar (II)	1.462.104	-	1.074.804	-
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas (III)	197.529	16.959	492.080	-
Credores Diversos – País (IV)	433.887	-	196.383	-
Provisão para Passivos Contingentes (V)	-	5.000	-	45.735
TOTAL	2.543.370	21.959	2.150.647	45.735

(I) O saldo é composto principalmente por obrigações de Convênios e Cartões de Terceiros.

(II) Refere-se substancialmente à provisão para pagamento de despesas com Pessoal, Despesas Administrativas e outros pagamentos.

(III) Refere-se à provisão das coobrigações sobre limites utilizados dos cartões de crédito.

(IV) É composto principalmente por Pendências a regularizar e cheque Depositados.

(V) A provisão para passivos Contingentes é estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos

quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida. Dessa forma, são constituídas as seguintes provisões:

Descrição	31/12/2019		31/12/2018	
	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais
Para Interposição de Recursos Trabalhistas	5.000	-	-	73.279
Outros	-	-	45.735	-
TOTAL	5.000	-	45.735	73.279

Segundo a assessoria jurídica do **SICOOB UNISAÚDE GOIÁS**, existem processos judiciais nos quais a cooperativa figura como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda possível, totalizando R\$ 30.000. Essas ações abrangem, basicamente, ações trabalhistas ou cíveis acerca das principais características das ações, quando relevantes.

15. Instrumentos financeiros

O **SICOOB UNISAÚDE GOIÁS** opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

16. Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Capital Social	26.606.746	22.698.931
Quantidade de Associados	6.007	5.104

b) Reserva Sobras – Reserva Legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de **50%**, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Reserva de Sobras	12.305.536	8.036.755

c) Sobras do Exercício

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em **26/03/2019**, foi deliberado pela destinação das sobras no valor de **R\$ 1.917.050**, no qual foi destinado 50% para o fundo de reserva e os outros 50% para remuneração do capital social findo do exercício em **31 de dezembro de 2018**.

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Sobra líquida do exercício	6.620.515	4.792.624
Reserva Legal - 50%	(3.310.256)	(2.396.312)
Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - 5%	(331.026)	(239.631)
FIRE (5%)	(331.026)	(239.631)
Sobras à disposição da AGO	2.648.207	1.917.050

17. Receitas da Intermediação Financeira

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	75.432	62.335
Rendas de Empréstimos	20.821.356	16.483.182
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	1.258.407	947.453
Rendas de Financiamentos	1.210.227	1.021.014
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplic. com Recursos Direcionados	1.678.666	1.378.465
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	904.165	1.453.394
TOTAL	25.948.253	21.345.843

18. Despesa com Pessoal

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Despesas de Honorários - Conselho Fiscal	(158.513)	(145.200)
Despesas de Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(1.605.754)	(1.269.510)
Despesas de Pessoal - Benefícios	(1.219.507)	(827.643)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(1.660.365)	(1.322.348)
Despesas de Pessoal - Proventos	(4.595.757)	(3.441.480)
Despesas de Pessoal - Treinamento	(80.789)	(26.957)
Despesas de Remuneração de Estagiários	(100.228)	(108.887)
TOTAL	(9.420.912)	(7.142.026)

19. Outras Despesas Administrativas

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Despesas de Água, Energia e Gás	(256.877)	(188.929)
Despesas de Aluguéis	(776.349)	(813.196)
Despesas de Comunicações	(363.740)	(374.884)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(268.291)	(277.905)
Despesas de Material	(69.271)	(53.841)
Despesas de Processamento de Dados	(802.158)	(650.287)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(231.095)	(207.429)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(96.095)	(72.199)
Despesas de Publicações	(7.572)	(4.050)
Despesas de Seguros	(94.788)	(81.230)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(1.259.627)	(770.251)
Despesas de Serviços de Terceiros	(275.922)	(187.480)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(432.525)	(399.411)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(394.753)	(289.110)
Despesas de Transporte	(497.402)	(414.852)
Despesas de Viagem ao Exterior	-	(661)
Despesas de Viagem no País	(78.847)	(59.561)
Despesas de Amortização	(49.026)	(71.887)
Despesas de Depreciação	(563.422)	(400.824)
Outras Despesas Administrativas	(182.330)	(523.623)
Emolumentos judiciais e cartorários	(163.219)	(135.698)
Contribuição a OCE	(70.323)	(56.738)
Rateio de despesas da Central	(964.467)	(1.076.178)
Rateio de despesa do Sicoob Confederação	(21.327)	-
TOTAL	(7.919.426)	(7.110.224)

20. Outras Receitas Operacionais - alterado

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Recuperação de Encargos e Despesas	518.855	496.585
Outras - Reversão de Provisões Operacionais	341.614	-
Dividendos	67.437	45.367
Deduções e abatimentos	488	3.704
Outras rendas operacionais	384.939	557.057
Rendas oriundas de cartões de crédito	1.220.327	293.418
TOTAL	2.533.660	1.396.131

21. Outras Despesas Operacionais

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Operações de Crédito - Despesas de Descontos Concedidos	(527)	(2.425)
Despesas de Provisões Passivas	(356.269)	(134.185)
Outras Despesas Operacionais	(450.576)	(244.438)
Descontos concedidos - operações de crédito	(138.714)	(171.849)
Cancelamento - tarifas pendentes	(359.712)	(324.930)
TOTAL	(1.305.798)	(877.827)

22. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e dos membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e se caracterizam basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Montante das operações ativas e passivas no exercício de **31/12/2019**:

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. – Vínculo de Grupo Econômico	281.346	0,13%	1.342
P.R. – Sem vínculo de Grupo Econômico	1.710.319	0,76%	6.540
TOTAL	1.991.665	0,88%	7.882
Montante das Operações Passivas	8.463.880	4,15%	

Operações ativas e passivas – saldo do exercício em **31/12/2019**:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	25.308	639	0,90%
Conta Garantida	68	0,34	0,37%
Empréstimo	1.269.543	12.521	1,61%
Financiamento	273.451	1.367	2,65%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação à Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos à Vista	773.212	2,20%	-
Depósitos a Prazo	8.825.670	7,26%	0,35%

Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta

garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Média Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas a.m.
Empréstimos	1,91%
Financiamento	1,37%
Aplicação Financeira - Pós-fixada	91,33%

Conforme Política de Crédito do Sistema Sicoob, as operações realizadas com membros de órgãos estatutários e pessoas ligadas a estes são aprovadas em âmbito do conselho da administração ou, quando delegada formalmente, pela diretoria executiva, bem como são alvo de acompanhamento especial pela administração da cooperativa. As taxas aplicadas seguem o normativo vigente à época da concessão da operação.

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2019	
CPR (física, financeira, coobrigações)	-
Empréstimos e Financiamentos	0,84%
Títulos Descontados e Cheques Descontados	0,25%
Aplicações Financeiras	4,14%

As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Conta Corrente	109.663
Empréstimo	5.485.623
Financiamento	797.562

As coobrigações prestadas pela Cooperativa a partes relacionadas foram as seguintes:

31/12/2019	31/12/2018
303.272	229.277

No exercício de 2019, os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários e cédula de presença, apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2019 (R\$)	
Honorários - Conselho Fiscal	(158.513)
Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(1.605.754)
Encargos Sociais	(400.066)

23. Cooperativa Central

A COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DAS REGIÕES SUDOESTE, SUL E OESTE DE GOIÁS - SICOOB UNISAÚDE GOIÁS, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à **CENTRAL SICOOB UNI DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO - SICOOB UNI**, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB UNI é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao SICOOB UNI a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O SICOOB UNISAÚDE GOIÁS responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB UNI pe-

rante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever proporcionalmente à sua participação nessas operações.

24. Gerenciamento de Risco

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Sicoob Confederação, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Em cumprimento à Resolução CMN 4.557/2017, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital.

24.1 Risco operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) de cooperativas enquadradas no Segmento 4 é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

24.2 Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (trading) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (banking).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

- utilização do VaR – Value at Risk para mensurar o risco de mercado das cooperativas;
- análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;
- definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;
- realização periódica de backtest do VaR das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;

- e) definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;
- f) projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;
- g) diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.

24.3 Risco de Crédito

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

Compete ao gestor centralizado (Sicoob Confederação) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

24.4 Gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pela cooperativa para fazer face aos riscos a que está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

24.5 Risco Socioambiental

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

24.6 Gestão de Continuidade de Negócio

A Gestão de Continuidade dos Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Sicoob Confederação realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Anualmente são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a efetividade.

25. Seguros contratados – Não auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

26. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Patrimônio de Referência	40.753.197	31.779.533
Capital Principal - CP	16.845.778	12.744.147
Nível I	16.845.778	12.744.147
Índice de Basileia %	29,03%	29,92%
Razão de Alavancagem (RA) %	17,55%	18,65%
Índice de imobilização %	13,83%	13,79%
Ativos Ponderados pelos Riscos	140.381.487	106.201.224

Paulo Roberto da Silva
Diretor Administrativo

Jefferson Limonge de Souza
Diretor Financeiro

Emerson Gomes Figueiredo
Contador CRC DF 14.458/O-3 "S" GO

Relatório de auditoria sobre as demonstrações contábeis.

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da
Cooperativa de Crédito de Livre Admissão das Regiões Sudoeste, Sul e Oeste de Goiás – Sicoob Unisaúde Goiás
Rio Verde/GO

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão das Regiões Sudoeste, Sul e Oeste de Goiás – Sicoob Unisaúde Goiás, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Sicoob Unisaúde Goiás em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração do Sicoob Unisaúde Goiás é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório Anual da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório Anual da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório Anual da Administração, quando ele nos for disponibilizado e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, quando lermos o Relatório Anual da Administração, nós concluirmos que há distorção relevante nesse relatório, temos que comunicar a questão aos responsáveis pela governança.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua

continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

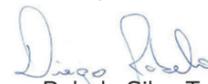
Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



Brasília/DF, 12 de março de 2020.


Diego Rabelo Silva Toledo
Contador CRC DF – 019481/O-4
CNAI 2090

Parecer do Conselho Fiscal

Fizemos a verificação do balanço da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão das Regiões Sudoeste, Sul e Oeste de Goiás, encerrado na data de 31 de dezembro de 2019, avaliamos também os relatórios e demonstrações a seguir: Relatório da Administração, Demonstração do resultado, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração do Fluxo de Caixa, as Notas Explicativas, e finalmente o Parecer da Auditoria Independente.

Considerando as atividades durante todo o exercício de 2019, as quais fiscalizamos mensalmente em reuniões ordinárias e eventualmente extraordinárias, os dados econômicos e financeiros, bem como, as atividades realizadas pela administração e diretoria executiva, conforme registro em nossas

atas. Acompanhando ainda o trabalho realizado pela Central Sicoob Uni e o parecer da Auditoria Independente emitido pela CNAC (Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa), com data de 12 de março de 2020, desta forma, temos a responsabilidade de nos expressar diante do tema em voga. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis, o resultado das operações, mutações do patrimônio líquido, fluxos de caixa e demais relatórios apresentados definem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, portanto, somos favoráveis à sua aprovação.

Rio Verde, 27 de março de 2020.

Leânia Garcia Martins Teles
Conselheira efetiva

Luiz Osmar Cruvinel do Couto
Conselheiro efetivo

José Edward Barberato
Conselheiro efetivo

Nossas Agências

Agência 05 de Agosto

Rua Rui Barbosa esq. Praça 5 de Agosto,
Centro - Rio Verde/GO - CEP: 75.901-250
Tel: (64) 3623-5005

Bairro popular

Rua 72, Nº 781, Bairro Popular
Rio Verde/GO - CEP: 75.903-460
Tel: (64) 3623-2568

Unidade Administrativa (UAD)

Rua 05, Qd. G, Lt. 01, Jardim Brasília
Rio Verde/GO - CEP: 75.906-277
Tel: (64) 3623-5259

Goiatuba

Av. Amazonas, nº 527, Quadra 61, Lote 4
Centro - Goiatuba/GO - CEP: 75.600-000
Tel: (64) 3495-6278

Jataí

Av. Rio Claro, Nº 920, Centro
Jataí/GO - CEP: 75.803-063
Tel: (64) 3631-0725

Santa Helena de Goiás

Rua Pedro Romualdo Cabral, nº 838
Centro - Santa Helena de Goiás/GO
CEP: 75920-000
Tel: (64) 3614-1755

Mineiros

2ª Avenida, Nº 99, Bairro Machado
Mineiros/GO - CEP: 75.830-000
Tel: (64) 3661-6202

Quirinópolis

Av. Brasil, Nº 319, Centro
Quirinópolis/GO - CEP: 75.860-000
Tel: (64) 3651-3965

